

ABES-PR - Associação Brasileira de
Engenharia Sanitária e Ambiental
Seção Paraná





TEMA DA MESA REDONDA: SANEAMENTO BÁSICO

Eng. Antonio Carlos Nery
Vice-presidente ABES-PR

Agenda

- ABES
- Contexto do Saneamento
- MP 844
- Desafios do Saneamento



...uma organização **não governamental**, fundada em 1966, para desenvolver e aperfeiçoar atividades relacionadas com **Engenharia Sanitária e Meio Ambiente**, fomentando a consciência social e as ações que atendam às demandas de **conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida** da sociedade brasileira.

Pilares do Saneamento Básico – Art. 2º da Lei 11.445/07

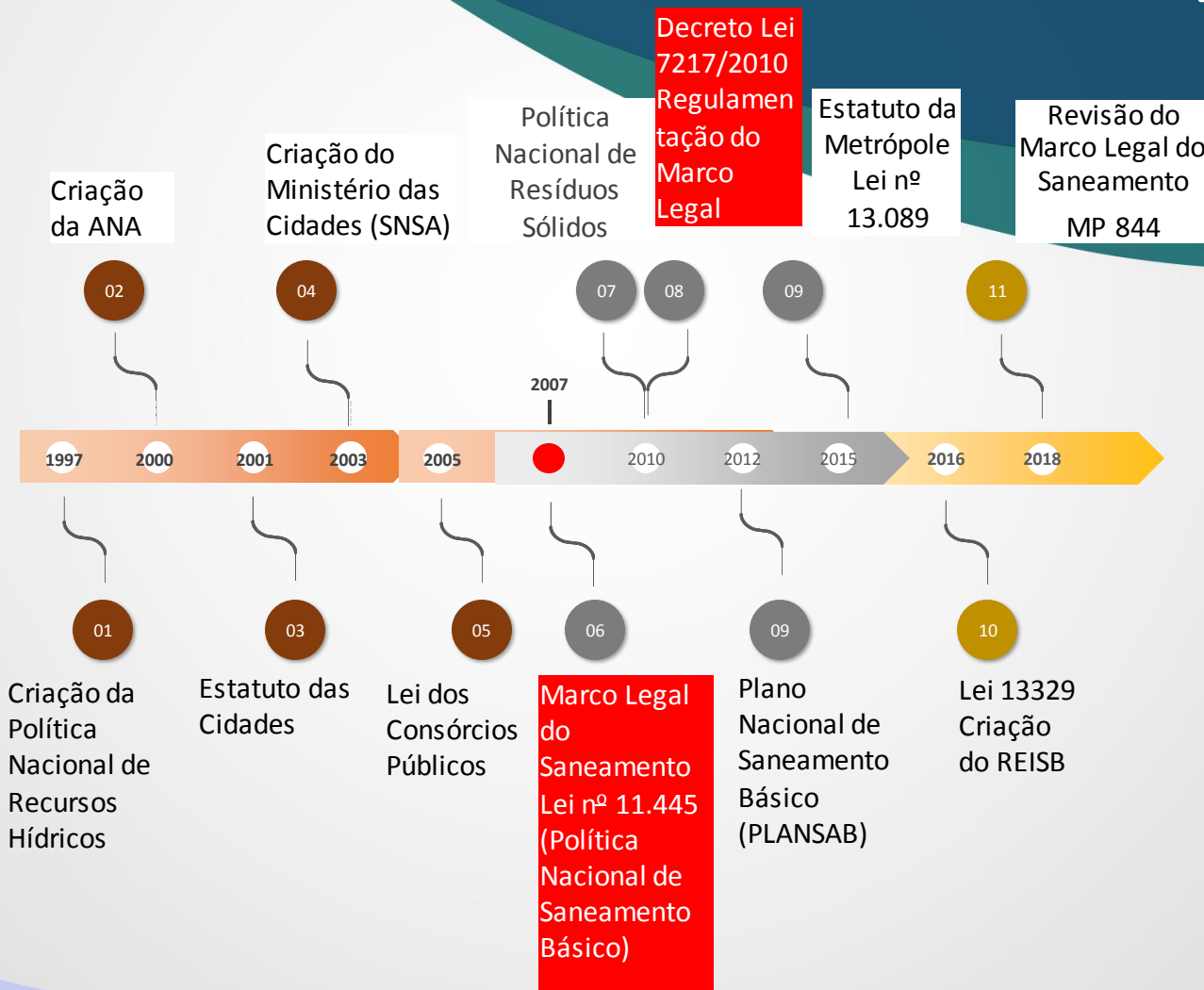
ABASTECIMENTO
DE ÁGUA
POTÁVEL

ESGOTAMENTO
SANITÁRIO

LIMPEZA
URBANA E
MANEJO DE
RESÍDUOS
SÓLIDOS

DRENAGEM E
MANEJO DAS
ÁGUAS PLUVIAIS
URBANAS

Evolução da Política de Saneamento Básico no Brasil



Necessidade de Investimentos

Versão PLANSAB 2013

AÇÃO ORIGEM	ESTRUTURAL					ESTRUTURANTE					TOTAL				
	Total	Agentes Federais		Outros agentes		Total	Agentes Federais		Outros agentes		Total	Agentes Federais		Outros agentes	
		R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%
2014-2033 Água	84.386	67.509	80	16.877	20	37.736	11.329	30	26.434	70	122.149	78.838	65	43.311	35
Esgoto	156.666	133.166	85	23.500	15	25.226	5.802	23	19.424	77	181.893	138.968	76	42.924	24
R.S.U	15.523	12.418	80	3.105	20	7.838	-	0	7.838	100	23.361	12.418	53	10.943	47
Dren.Urbana	27.188	21.750	80	5.438	20	41.517	12.455	30	29.062	70	68.705	34.205	50	34.500	50
Gestão	0	0	0	0	0	112.345	33.703	30	78.641	70	112.345	33.703	30	78.641	70
Total	283.763	234.844	83	48.919	17	224.689	63.290	28	161.400	72	508.452	298.133	59	210.319	41

(1) Os valores resultam das previsões de necessidade de investimentos baseadas no Cenário 1. (2) Incluem-se os recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) e dos agentes financeiros e de fomento do Governo Federal dentre outros. (3) Os valores dos PAC 1 e PAC 2, contratados ou em contratação, não foram deduzidos dos valores previstos, já que a estimativa de investimentos tem como ponto de partida o momento anterior à incidência de impactos significativos desses programas sobre os indicadores projetados.'

Necessidade de Investimentos



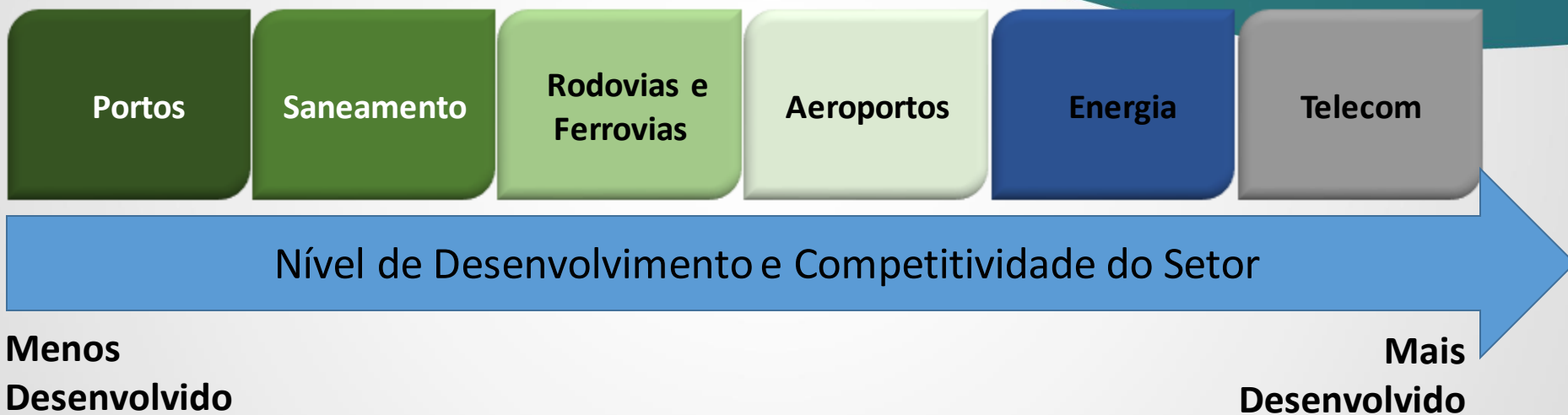
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SNIS e CNI.

*Estimativa com base nas informações do SNIS e Pezco Consultoria.

Fonte: CNI, 2017

Priorização do Saneamento no Brasil

Saneamento é um dos segmentos menos priorizados da infraestrutura...



Fonte: Apresentação Dr. Mascarenhas – CNI (Fórum Estadão, 13/09/2012)

Situação do Saneamento

ABASTECIMENTO
DE ÁGUA
POTÁVEL

ESGOTAMENTO
SANITÁRIO

LIMPEZA URBANA
E MANEJO DE
RESÍDUOS
SÓLIDOS

DRENAGEM E
MANEJO DAS
ÁGUAS PLUVIAIS
URBANAS



Níveis de atendimento com água e esgotos dos municípios cujos prestadores de serviços são participantes do SNIS em 2016, segundo região geográfica do Brasil

Água

M: 5.172
Pop: 170,9
milhões (92,9%
total de
municípios e
98,1%
população
urbana do
Brasil)

Região	Índice de atendimento com rede (%)				Índice de tratamento dos esgotos (%)	
	Água		Coleta de esgotos		Esgotos gerados	Esgotos coletados
	Total	Urbano	Total	Urbano	Total	Total
	(IN ₀₅₅)	(IN ₀₂₃)	(IN ₀₅₆)	(IN ₀₂₄)	(IN ₀₄₆)	(IN ₀₁₆)
Norte	55,4	67,7	10,5	13,4	18,3	81,0
Nordeste	73,6	89,3	26,8	34,7	36,2	79,7
Sudeste	91,2	96,1	78,6	83,2	48,8	69,0
Sul	89,4	98,4	42,5	49,0	43,9	92,9
Centro-Oeste	89,7	97,7	51,5	56,7	52,6	92,1
Brasil	<u>83,3</u>	93,0	<u>51,9</u>	59,7	<u>44,9</u>	74,9

Esgoto

M: 4.084
Pop: 162,1
milhões (73,3%
total de
municípios e
93,1%
população
urbana do
Brasil)

Fonte: SNIS, 2016

ABASTECIMENTO
DE ÁGUA
POTÁVEL

ESGOTAMENTO
SANITÁRIO

LIMPEZA URBANA
E MANEJO DE
RESÍDUOS
SÓLIDOS

DRENAGEM E
MANEJO DAS
ÁGUAS PLUVIAIS
URBANAS



QUADRO 5.1

Taxa de cobertura do serviço de coleta de RDO dos municípios participantes em relação à população urbana (indicador IN016), segundo região geográfica – SNIS-RS, 2016

Região	Quantidade de municípios	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à <i>população urbana</i> (IN016)		
		Mínimo	Máximo	Indicador médio
	(municípios)	(%)	(%)	(%)
Norte	221	8,2	100,0	95,6
Nordeste	871	16,4	100,0	97,1
Sudeste	1.307	29,3	100,0	99,3
Sul	981	9,6	100,0	99,4
Centro-Oeste	290	21,3	100,0	98,8
Total - 2016	3.670	8,2	100,0	98,6
Total - 2015	3.520	15,9	100,0	98,6
Total - 2014	3.765	14,5	100,0	98,6

NOTA: Nos dois últimos anos não foi dado nenhum expurgo de municípios, admitindo todo o universo pesquisado.

Resíduos

M: 3.670
Pop: 162,1 milhões (64,9% total de municípios e 84% população urbana do Brasil)

ABASTECIMENTO
DE ÁGUA
POTÁVEL

ESGOTAMENTO
SANITÁRIO

LIMPEZA URBANA
E MANEJO DE
RESÍDUOS
SÓLIDOS

DRENAGEM
MANEJO DE
ÁGUAS PLUVIAIS
URBANA

Quantidade de unidades de processamento de RSU SNIS – RS (2016)

1.203 lixões
628 aterros controlados

Total unidades: 3.969

Tipo de unidade de processamento (*)	Qtd. de unidades de processamento por região					Total de unida- des (unid.)
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro -Oeste	
	(unid.)	(unid.)	(unid.)	(unid.)	(unid.)	
Lixão	160	705	108	39	191	1.203
Aterro Controlado	30	48	459	49	42	628
Aterro sanitário	18	57	366	212	34	687
Unidade de triagem (galpão ou usina)	11	50	467	322	46	896
Un. de compostagem (pátio ou usina)	1	3	51	10	2	67
Unidade de transbordo (RDO+RPU)	1	6	58	46	10	121
Un. de tratamento por incineração	0	5	10	3	1	19
Unidade de manejo de galhadas e podas	1	6	10	15	0	32
Vala específica de RSS (res. dos serv. saúde)	5	6	6	0	3	20
Un. de tratamento por micro-ondas ou autoclave	1	2	9	6	0	18
Queima em forno de qualquer tipo	2	0	0	0	1	3
Aterro industrial	1	0	2	1	0	4
Área de transbordo e triagem de RCC** e volumosos (ATT)	1	2	14	20	0	37
Área de reciclagem de RCC ** (antiga "estação de reciclagem entulho")	0	1	18	5	0	24
Aterro de RCC ** (antigo "at. inertes")	0	3	37	9	6	55
Outro	3	4	124	20	4	155
Total - 2016	235	898	1.739	757	340	3.969
	5,9%	22,6%	43,8%	19,1%	8,6%	100,0%
Total - 2015	269	885	1703	698	304	3.859
	7,0%	22,9%	44,2%	18,1%	7,9%	100,0%
Total - 2014	261	949	1.583	608	312	3.713
	7,0%	25,6%	42,6%	16,4%	8,4%	100,0%

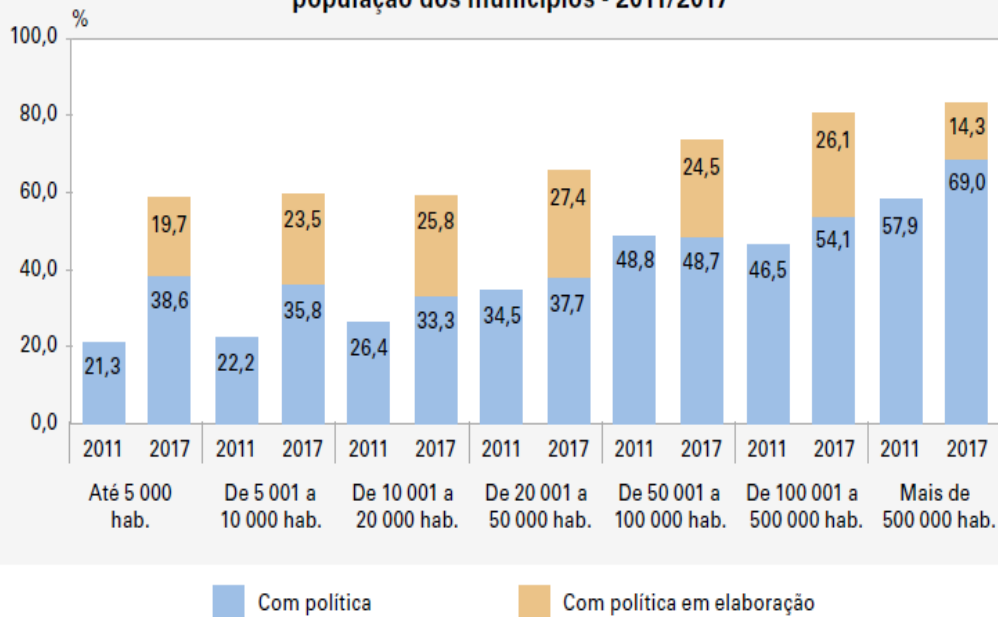
*Classificação segundo informação dos municípios.

**RCC: resíduos da construção civil (ou resíduos da construção e demolição: RCD)

Situação dos Instrumentos da Política de Saneamento

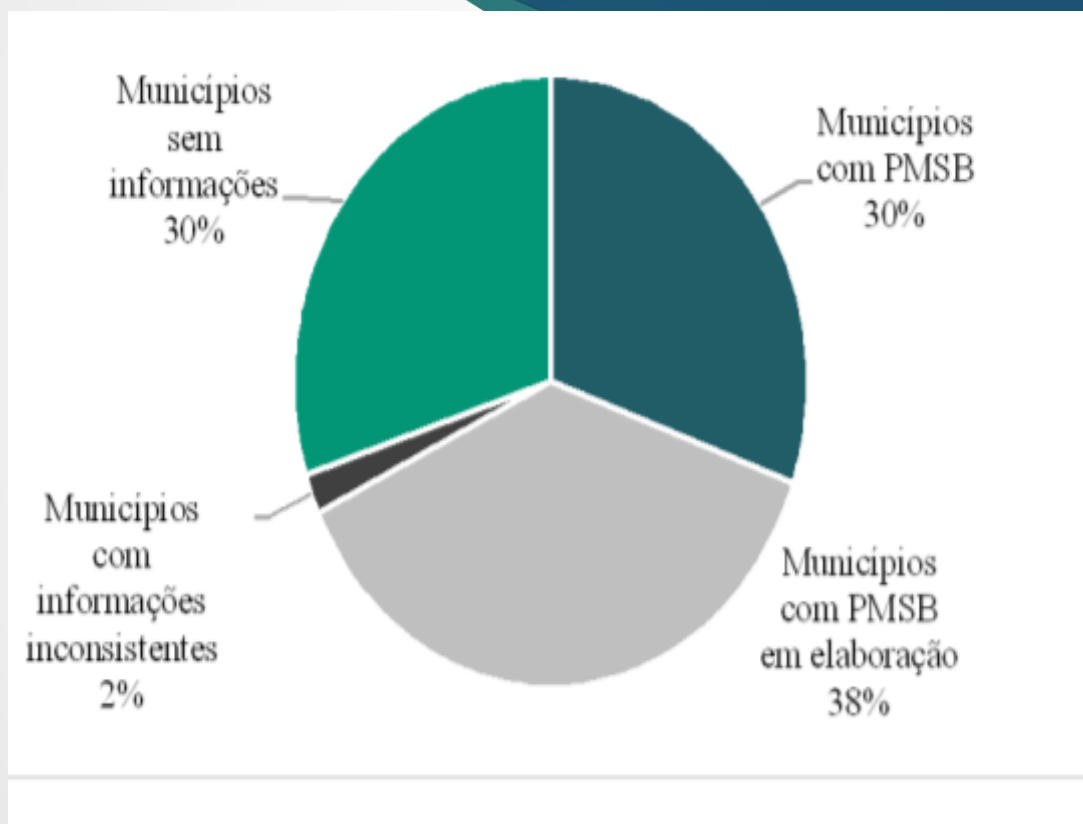
Situação da Política Municipal de Saneamento Básico

Gráfico 1 - Proporção de municípios por situação da Política Municipal de Saneamento Básico, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 2011/2017



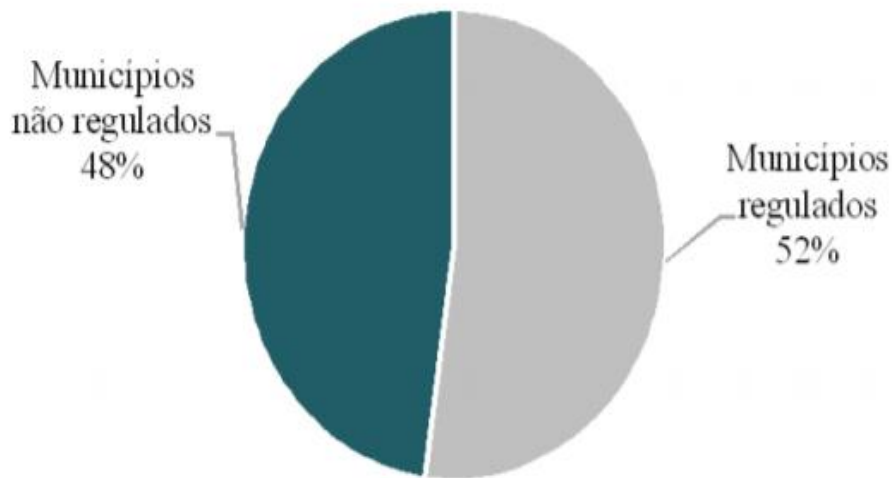
Fonte: IBGE, 2017

Situação dos Planos Municipais de Saneamento Básico



Fonte: Ministério das Cidades (2017) in CNI (2018)

Municípios Brasileiros Regulados em Saneamento



Fonte: CNI, 2018 (baseado nos dados da ABAR)

49 agências reguladoras de saneamento básico, onde:
22 de abrangência estadual
23 municipais e
3 de consórcios municipais.

2.906 municípios regulados
(52,2% das cidades brasileiras)

Prestação de Serviços do Saneamento

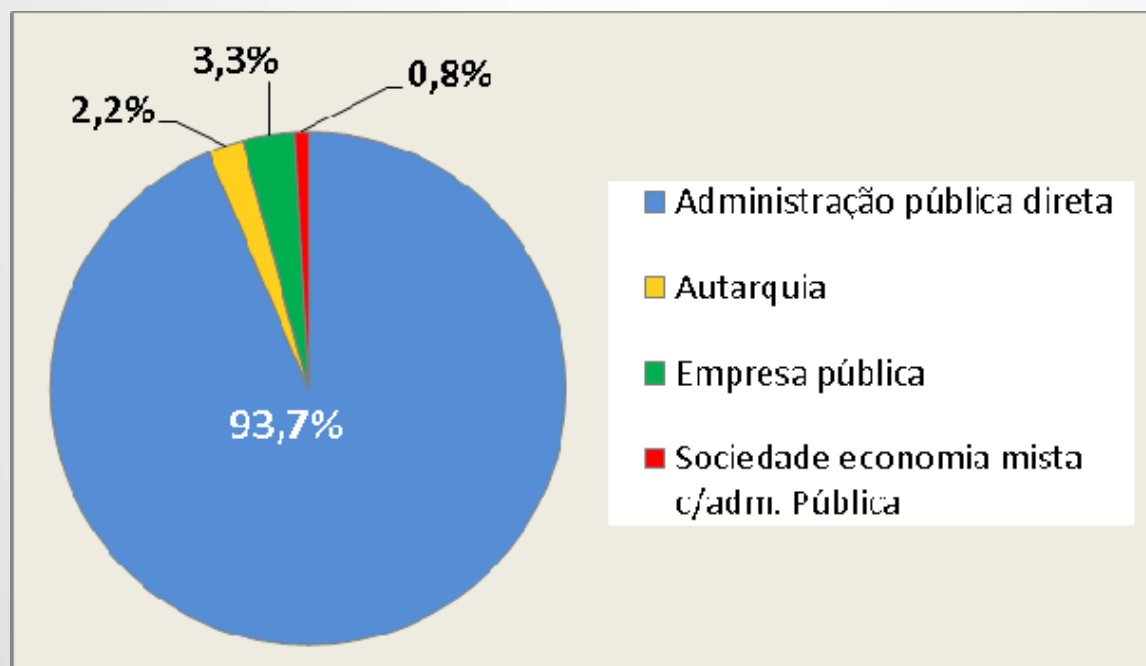
Gestão do Saneamento Ambiental no Brasil

Prestadores de Serviço
Água e Esgoto



Gestão do Saneamento Ambiental no Brasil

Prestadores de Serviço Resíduos Sólidos



Fonte: SNIS - RS, 2016



Contextualização:

(fonte: Ranking – ABES da Universalização)

RANKING ABES Universo

Regiões	Quantidade de Municípios			População		
	Brasil	Ranking	Ranking/Brasil (%)	Brasil	Ranking	Ranking/Brasil (%)
Centro-oeste	467	111	23,8%	15.660.988	10.601.907	67,70%
Nordeste	1794	318	17,7%	56.915.936	27.200.858	47,79%
Norte	450	42	9,3%	17.707.783	7.766.755	43,86%
Sudeste	1668	1118	67,0%	86.356.952	74.384.187	86,14%
Sul	1191	305	25,6%	29.439.773	19.712.348	66,96%
Brasil	5570	1894	34,0%	206.081.432	139.666.055	67,77%



ABES-PR

Contextualização:

(fonte: Ranking – ABES da Universalização)

RANKING ABES

Indicadores

Indicador	Descrição	Fonte SNIS
Abastecimento de água	Índice de atendimento da população total com rede de água	SNIS, IN055_AE
Coleta de esgoto	Índice de atendimento da população total com rede de esgotos	SNIS, IN056_AE
Tratamento de esgoto	Índice de esgoto tratado referido à água consumida	SNIS, IN046_AE
Coleta de resíduos sólidos	Taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares em relação à população total do município	SNIS, IN015_RS
Destinação adequada de resíduos sólidos	Percentual de resíduos sólidos domésticos (RDO) e públicos (RPU) gerados pelo município destinados adequadamente	SNIS, UP007; UP025; UP003



ABES-PR

Contextualização:

(fonte: Ranking – ABES da Universalização)

RANKING ABES

Crítérios

Acima de 489,00
Rumo à universalização

De 450,00 – 489,00
Compromisso com a universalização

De 200,00 - 449,99
Empenho para a universalização

Abaixo de 200,00
Primeiros passos para a universalização



Ranking:

(fonte: Ranking – ABES da Universalização)

RANKING ABES

Porte dos Municípios

Acima de 489,00
Rumo à universalização

De 450,00 – 489,00
Compromisso com a universalização

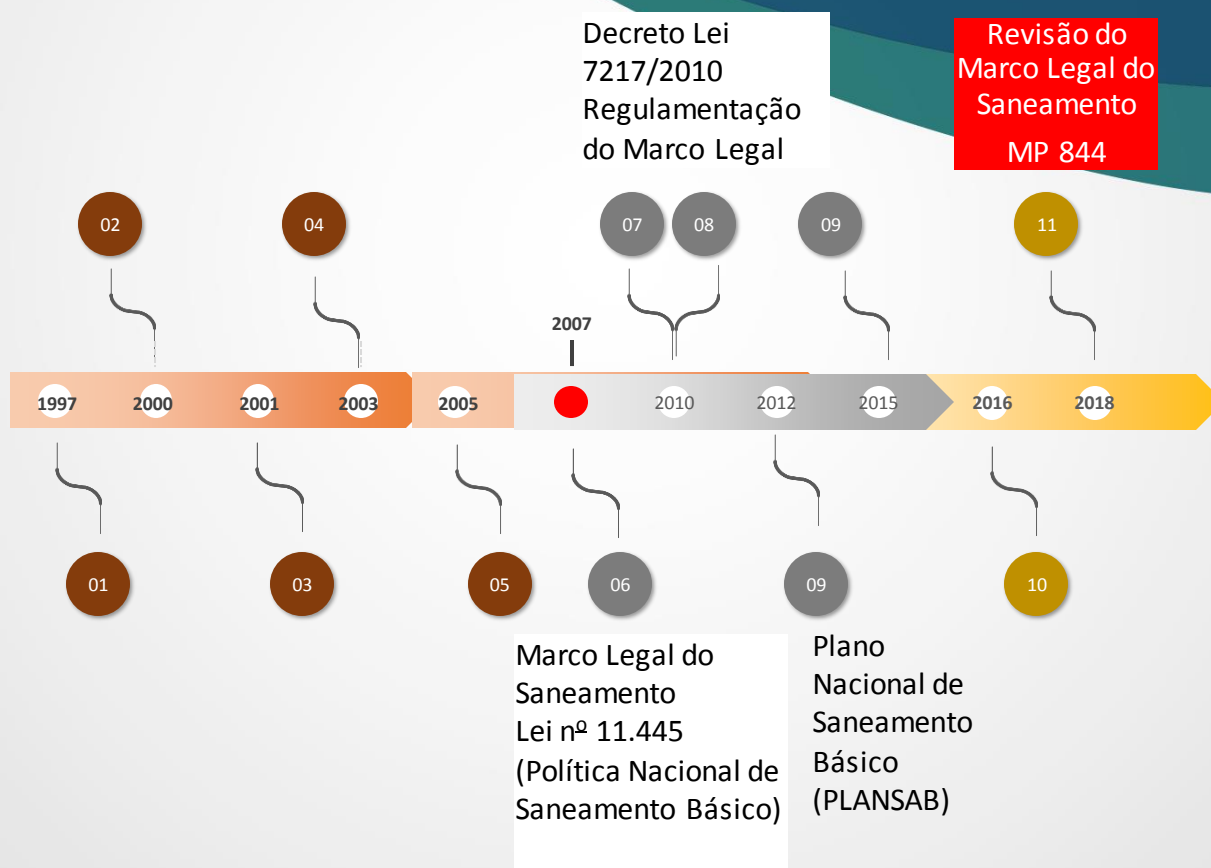
De 200,00 - 449,99
Empenho para a universalização

Abaixo de 200,00
Primeiros passos para a universalização

Categorias segundo o porte dos municípios	Quantidade de municípios	Percentual
Rumo à universalização	80	4,22%
Pequeno e médio	51	2,69%
Grande	29	1,53%
Compromisso com a universalização	201	10,61%
Pequeno e médio	161	8,50%
Grande	40	2,11%
Empenho para a universalização	1342	70,86%
Pequeno e médio	1187	62,67%
Grande	155	8,18%
Primeiros passos para a universalização	271	14,31%
Pequeno e médio	261	13,78%
Grande	10	0,53%
Brasil	1894	100,00%
Pequeno e médio	1660	87,65%
Grande	234	12,35%

Medida Provisória 844

Atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico



Medida Provisória Quando?

- ❖ MP somente pode ser adotada nos casos de relevância e urgência (CF, Art. 62, caput)

Existe RELEVÂNCIA e URGÊNCIA?

Artigo 5º da MP, parágrafo Único cita no caso do Art. 10-A “só terá validade, três anos após a edição da MP”

ONDE ESTÁ A URGÊNCIA???

Pode gerar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)!



Medida Provisória

Art. 10-A

- ❖ Art. 10-A - Exige que o município, antes da celebração do **Contrato de Programa**, realize um chamamento público quanto ao interesse de outras empresas.....

Licitação: quando houver mais de um prestador público e/ou um prestador privado interessados

Dispensa de licitação: apenas um prestador público e nenhum prestador privado interessado

Município procederia à celebração do **Contrato de Programa**

Medida Provisória Art. 10-A

❖ Art. 10-A CONSEQUÊNCIAS:

- Interferência na **autonomia dos municípios** - quer definir a forma de prestação dos serviços por outro ente da federação **totalmente inconstitucional !!!!!**
- Acaba com a lógica do subsídio cruzado, a lógica da escala dos serviços.



<http://aestradaadanossavida.blogspot.com/2012/08/balanca-desquilibrada.html>

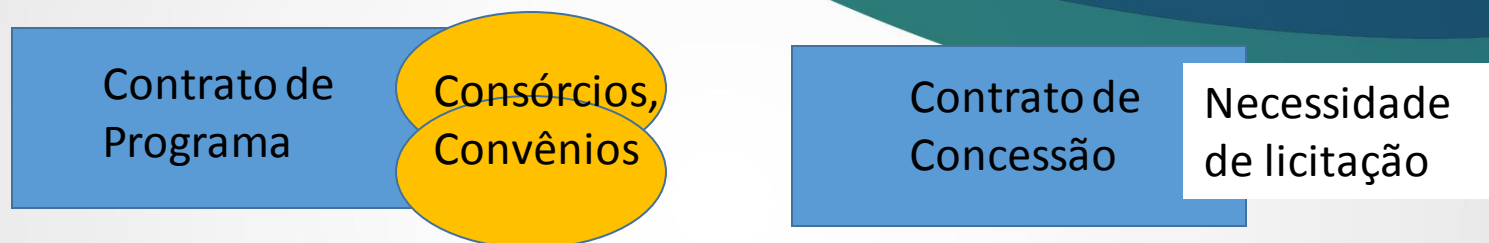


<http://aestradaadanossavida.blogspot.com/2012/08/balanca-desquilibrada.html>



<https://exame.abril.com.br/brasil/metade-da-populacao-brasileira-nao-tem-coleta-de-esgoto/>

Medida Provisória Art. 8-B



❖ Art. 8º- B – Trata sobre alienação do controle acionário. Prevê que os Contratos de Programas serão mantidos mesmo com controle acionário sendo privado”.

Não há como um Contrato de Programa ser transformado em Contrato de Concessão sem a anuência e ato formal do Poder Executivo.



 **SOMOS CONTRA A MP DO SANEAMENTO**

31 DE JULHO

DIA NACIONAL CONTRA A MP DO SANEAMENTO

A MEDIDA PROVISÓRIA 844, QUE ALTERA A LEI DO SANEAMENTO:

- PODE AUMENTAR AS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO
- FERE A AUTONOMIA MUNICIPAL
- PREJUDICA OS MUNICÍPIOS MENOS FAVORECIDOS
- IMPEDE A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



DAS 10H ÀS 12H
MOBILIZAÇÃO POR TODO BRASIL

**EVENTO ABERTO AO PÚBLICO EM CURITIBA.
NÃO É NECESSÁRIA INSCRIÇÃO PRÉVIA!**

**CENTRO DE EVENTOS DO IEP-INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANÁ
RUA EMILIANO PERNETA, 174, 1.º ANDAR
CURITIBA/PR**



Realização



Manifesto contra a Medida Provisória 844, a MP do Saneamento

As entidades representantes do Setor de Saneamento no Brasil e da Sociedade civil organizada, reunidas em Curitiba manifestam seu repúdio à Medida Provisória 844, conhecida como MP do Saneamento, para revisar o Marco Legal do Saneamento, que já recebeu mais de 500 pedidos de emendas, desde sua assinatura pelo presidente Michel Temer, em 6 de julho.

Além de ser inconstitucional, sem contar com uma discussão ampla por parte de entidades representativas e da sociedade brasileira, a MP pode desestruturar totalmente o setor, pois afeta a titularidade dos municípios, o subsídio cruzado e a lógica dos ganhos de escala, prejudicando os municípios mais pobres. Também para um grande risco para a população

CONTINUA..

Assinaturas

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES

Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR

Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento - AESBE

Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE

Instituto de Engenharia do Paraná - IEP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA PR

NOME	ASSINATURA
SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO PR	SEMO-PR
Sindicato dos Trabalhadores Saneamento - Sindtan	R. Nogueira
SEMEENTE	CLARILENE SALVADOR
INSTITUTO DE ENG. DO PARANÁ	
Comitê Técnico Jurídico - AESBE (MEMBRO)	Edmar de Jesusli (SANE PAR)

Desafios do Saneamento no Brasil

Objetivo: Universalização (2033)

Como?

- Planejamento – revisão Plansab, prevista para 2019
- Colocar em prática a Regulação
- Gestão com claro incentivo a bons indicadores de performance
- Ser prioridade de “Estado”

SANEAMENTO PÚBLICO OU PRIVADO ???



**Operadores
tem que ser
eficientes**

Tarifas justas

**Transparente
com controle
social**

SEJA UM ASSOCIADO

PARTICIPE ATIVAMENTE DAS
DISCUSSÕES DE SANEAMENTO
E MEIO AMBIENTE

CONHEÇA OS
BENEFÍCIOS:

CORPORATIVO,
CARREIRA
E EDUCAÇÃO





Luiz Henrique Bucco/Antonio Carlos Nery

Presidente/Vice-Presidente

(41)99973-4512/(41) 98418-6918

lhbucco@gmail.com/ac.nery13b@gmail.com

Rua Emiliano Perneta, 174, 6º andar, Curitiba, PR
abes-pr@abes-dn.org.br
(41) 3229-4216